

O papel da CS11 num estudo de levantamento de Boas Práticas de Responsabilidade Social nas IES

Rui Valente

E-mail: rpval@ipportalegre.pt

Comissão Setorial de Educação e Formação

Sandra Gomes

E-mail: sgomes@universidadeeuropeia.pt

Universidade Europeia

Alexandra Sevinate Pontes

E-mail: alexandra.pontes@tecnico.ulisboa.pt

Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, Comissão Setorial de Educação e
Formação

Marta Pile

E-mail: marta.pile@tecnico.ulisboa.pt

Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, Comissão Setorial de Educação e
Formação

Valentina Oliveira

E-mail: valentina@letras.ulisboa.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Comissão Setorial de Educação e
Formação

Resumo:

A Comissão Setorial para a Educação e Formação (CS11) é uma das comissões a funcionar no Instituto Português da Qualidade no âmbito do SPQ e existe desde 1998 sendo composta por meia centena de entidades e três peritas, representativas do Ensino e da Formação, Trata-se de instituições diversas, desde organismos do estado central, a associações privadas, passando por Universidades e Politécnicos e ensino particular, de todo o país, incluindo Madeira.

Neste artigo é transmitido o resultado de um trabalho realizado com o apoio da CS11 e de número apreciável dos seus membros, recolhendo as boas práticas junto dessas instituições como elemento de partida para o estudo global. O trabalho decorreu no ano de 2016 e foi editado em Ebook em 2018.

Decorrente do desenvolvimento deste trabalho pelo sub-grupo da Gestão da Qualidade no Ensino Superior, no ano 2016, a CS11 promoveu a realização de um Encontro Nacional subordinado ao tema “Responsabilidade Social no Ensino Superior, Educação e Formação”. O Encontro tinha como objetivos refletir e aprofundar a centralidade de sistemas de avaliação institucional, sustentados numa cultura de autorregulação, de autonomia, de prestação de contas e de responsabilidade. A aproximação e a cooperação entre instituições de ensino superior, e não superior, possibilitará um reforço das redes colaborativas que permitirá a partilha de conhecimentos e a troca de experiências

(nacionais e internacionais) para o aperfeiçoamento dos respetivos sistemas de avaliação da qualidade.

Palabras clave: Educação, Formação, Qualidade, Responsabilidade Social.

Abstract:

The Sectorial Commission for Education and Training (CS11) is one of the committees that work at the Portuguese Quality Institute within the scope of the SPQ and has existed since 1998, consisting of half a hundred entities and three experts representing Education and Training, institutions from private and public sector, through universities and polytechnics and private education, from all over the country, including Madeira.

This article conveys the result of a work carried out with the support of CS11 and an appreciable number of its members, collecting good practices from these institutions as a starting point for the global study. The work took place in the year 2016 and was published in Ebook in 2018

Due to the development of this work by the sub-group of Quality Management in Higher Education, in 2016, CS11 promoted the holding of a National Meeting under the theme "Social Responsibility in Higher Education, Education and Training". The purpose of the meeting was to reflect and deepen the centrality of systems of institutional evaluation, based on a culture of self-regulation, autonomy, accountability and responsibility. Approximation and cooperation between higher education institutions and other levels of education will enable the reinforcement of collaborative networks, which will allow the sharing of knowledge and the exchange of experiences (national and international) for the improvement of their quality assessment systems.

Keywords: Quality, Education, Training, Social Responsibility

1. Introdução

O trabalho que serviu de base ao presente artigo foi desenvolvido partindo de uma colaboração estreita entre um grupo de investigação da academia, liderado pela Professora Sandra Gomes e o Grupo de Trabalho para a Qualidade no Ensino Superior (GT2), integrado na Comissão setorial CS11. A vertente de desenvolvimento teórico e criação dos instrumentos metodológicos estiveram a cargo da equipa de investigação que colocou à disposição dos responsáveis pelo levantamento no terreno (coordenação do GT2) a matriz de autoavaliação para as instituições participantes e o questionário de recolha da informação, que passaram por uma fase de validação e teste.

A possibilidade de recolha de boas práticas na área da Responsabilidade Social, junto das Instituições de Ensino Superior (IES) esteve dependente de dois fatores: uma bateria de ferramentas bem estruturadas e de fácil preenchimento; um universo de aplicação alargado.

Podemos afirmar que foi um casamento feliz uma vez que a qualidade das ferramentas criadas pela investigadora foi correspondida por um trabalho de recolha junto dos membros do GT2 que permitiu identificar 66 projetos/iniciativas em desenvolvimento ou em velocidade de cruzeiro, por todo o continente e ilhas, com forte impacto na sociedade local.

Conforme refere Paula Guimarães (presidente do GRACE - Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial, em representação da Fundação Montepio) no prefácio ao Ebook, em fase de publicação: *Abordar a responsabilidade social no contexto do Ensino Superior, permite às futuras gerações de líderes e de executivos uma familiarização precoce com uma agenda assente nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, na ética e na transparência. Foi esta preocupação que fundamentou a criação do projeto Uni.Network, que o GRACE concebeu como forma de aproximar as empresas socialmente responsáveis às Universidades, estimulando um mútuo conhecimento e procurando fomentar nos jovens estudantes uma consciência e uma vontade de participar ativamente na mudança que urge. Os trabalhos desenvolvidos durante o ano de 2016 e agora coligidos demonstram à sociedade a sua importância e oportunidade e darão azo, seguramente, a outras iniciativas semelhantes em anos vindouros. A Responsabilidade Social no Ensino Superior é uma condição da sua qualidade, da sua atualidade e um garante do desenvolvimento das competências fundamentais para os recursos humanos no futuro. Do que ensinarmos hoje depende a sustentabilidade do mundo de amanhã!*

2. Responsabilidade Social nas Instituições de Ensino Superior

“O Ensino superior já não se encontra na posição privilegiada de mero observador, crítico, analítico e avaliador do que se passa para além da sala de aula e campus” (Cullingford & Blewitt, 2013: 1)

O conceito de responsabilidade social (RS) quando aplicado a um setor específico deverá incorporar uma necessidade de adaptação ao mesmo. Apesar de existirem diretrizes gerais de responsabilidade social aplicadas e comuns a todos os setores de atividade, cada vez mais surgem especificações próprias. Estas especificidades provêm dos diferentes impactos que cada setor tem na sociedade em que opera. As mudanças sociais que assistimos nas últimas décadas têm vindo a causar impactos diretos e indiretos nas instituições de ensino superior (IES) e a produzir novas reflexões estratégicas. A globalização e internacionalização crescentes, a diversificação de públicos, a comercialização e “corporatização” do ensino superior, a diversificação da oferta, introduziram novos desafios que só serão respondidos a partir de novos

paradigmas de gestão das instituições de ensino. Assistimos também a uma mudança de percepções e expectativas de vários *stakeholders* face às IES. Estas, atuando como líderes na criação de mudança social, formam hoje não somente os futuros trabalhadores, quadros e empresários, mas também, e fundamentalmente, desenvolvem os cidadãos do futuro. Espera-se que as IES, como organizações que fazem parte do sistema social, respondam a estas mudanças e se adaptem para enfrentar os novos desafios, com vista a um futuro que pede outros papéis destas organizações. Segundo Valleys (2014), existem dois paradigmas referentes ao entendimento da RS das IES vigentes na atualidade:

- Enfoque dado em algumas instituições da América do Norte e da Europa, limitadas à dimensão ambiental (campus sustentável). Muito centradas no conceito de sustentabilidade.
- Paradigma latino-americano da extensão universitária, que tende a reduzir a responsabilidade social da universidade à dimensão social externa, baseada unicamente no mero compromisso solidário com populações necessitadas. “À semelhança dos empresários que tinham/têm muita dificuldade em entender que a responsabilidade social da empresa não era filantropia, as universidades têm muita dificuldade em entender que a RSU não é só extensão solidária.” (Valleys, 2014). À semelhança do que foi referido sobre o conceito de RS, existe uma falta de consenso académico relativamente a este conceito aplicado às IES.

3. Responsabilidade Social Corporativa nas Instituições de Ensino Superior e ainda Responsabilidade Social Universitária (RSU).

Importa referir que existe uma lacuna de investigação sobre as especificidades da responsabilidade social aplicadas ao ensino superior em Portugal. Noutros países tem sido produzido algum conhecimento sobre este tema, se bem que ainda de forma bastante insipiente. Por exemplo, no Brasil tem havido alguma produção académica muito devido à incorporação deste tema nos processos de avaliação das IES pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Em outros países da América Latina, existem vários estudos e investigações centrados no conceito de RSU. Para além de contribuir para o ensino, as IES devem desenvolver, no seu interior, as ações e estratégias que doutrinam (Wright, 2005). O conceito de RS nas IES deverá estar relacionado com o modo como as instituições gerem os seus recursos, maximizando o seu impacto positivo, minorando o impacto negativo relativamente aos seus *stakeholders*. Segundo Valleys (2014), as universidades socialmente responsáveis devem fazer a gestão de 4 impactos:

- Impactos que provêm da própria organização, do seu campus e pessoas;
- Impactos que advêm da formação;
- Impactos que advêm dos conhecimentos produzidos;
- Impactos que advêm da sua relação com o meio ambiente circundante.

A RS é sem dúvida uma oportunidade e um desafio para as IES de maneira a se prepararem da melhor forma para as mudanças vividas na sociedade atualmente, na medida em que lhe permitirá antecipar futuros critérios de acreditação; diferenciar o seu projeto de ensino e investigação, criar valor para os diferentes *stakeholders* e com eles manter uma relação de envolvimento profícuo para ambas as partes, realizar poupanças (ex: ecoeficiência); antecipar a procura de empresas, estudantes e colaboradores, entre outros. Relativamente às dimensões de aplicação da RS às IES verifica-se que os diferentes autores são unânimes a afirmarem que, tal como uma outra qualquer organização, as IES devem ter presentes as mesmas dimensões da responsabilidade social, como a dimensão económica, ambiental, social interna e social externa, ética. Em geral a RS aplicada ao contexto de ensino tem estado bastante circunscrita ao Ensino/Formação e Investigação. Uma das dimensões que surge, de forma unânime, associada à especificidade deste subsector é o do conhecimento (ensino e investigação). Esta é sem dúvida uma dimensão essencial, contudo existe a necessidade de dentro de cada uma das dimensões comuns a outros setores se encontrarem os indicadores que melhor espelhem a realidade específica destas instituições. Vallaey (2014), destaca dois eixos de aplicação da RS nas IES: organizacional (interno e externo); académicos (educativos e cognitivos – investigação). Sanchez *et al* (2013) referem igualmente que a aplicação da RS no setor ensino superior deverá abarcar 4 processos: gestão, ensino, investigação e atividades de extensão universitária. Para Schwartzman (2006), uma IES deve ter em conta que a sua missão não passa só pela tradicional atividade de produção, reprodução, divulgação e conservação de conhecimentos, mas também pela atividade de proporcionar uma educação que prepare os indivíduos para o exercício de cidadania, procurando interagir com a comunidade em geral enquanto integra os princípios da sustentabilidade. Para as universidades serem socialmente responsáveis, devem ter em conta a capacidade que as mesmas têm de colocar em prática um conjunto de ideias e valores, por meio de quatro sistemas, sendo estes: gestão, ensino, pesquisa e serviços à comunidade/ extensão universitária.

4. Metodologia utilizada

“Social responsibility is not easy altruistic action aimed at helping the needy outside an organization; it is the uncomfortable process of reorganizing internal routines to support their continuous improvement (elimination of “impactions”)” François Vallaey

O principal objetivo do trabalho aqui apresentado foi proceder à identificação e levantamento de Boas Práticas de Responsabilidade Social nas IES representadas no Grupo de Trabalho para a Qualidade no Ensino Superior (GT2). Este trabalho iniciou-se em janeiro e terminou em dezembro de 2016. Considerou-se importante que esta recolha de boas práticas partisse de uma autoavaliação realizada pelas IES representadas no GT2. Este exercício serviria de primeiro trabalho de reflexão e levantamento de boas práticas. Para tal procedeu-se à elaboração de uma matriz que incluísse as dimensões da Responsabilidade Social (RS) consideradas importantes a serem equacionadas para este subsetor de atividade. Este primeiro exercício foi bastante interessante e recebeu inúmeros inputs das várias IES representadas no GT2. Dois objetivos estavam presentes na construção desta Matriz. Em primeiro lugar deveria estar adaptada quer à realidade das IES nacionais, quer ao tempo útil de recolha da informação internamente. A principal preocupação do grupo de trabalho foi a construção de uma matriz que fosse cientificamente competente mas suficientemente operacionalizável no tempo que foi definido para a realização deste processo. Após a definição da Matriz de autoavaliação, as IES tiveram, aproximadamente, dois meses para proceder à autoavaliação o que, não se verificando o tempo ideal para este exercício, foi o possível. Do esforço das equipas nesse período atingiu-se uma taxa de resposta de 67%, o que foi considerado bastante positivo e que denota a importância atribuída pelas IES representadas no GT2 a este exercício. Tratando-se de uma matriz de autoavaliação, salienta-se a subjetividade de entendimento da avaliação feita pelas mesmas. O importante foi a forma como as mesmas se autoavaliavam e a reflexão feita dentro de cada IES (conferir secção de Testemunhos, nas páginas seguintes). Não obstante, nas reuniões de trabalho mensais do Grupo houve oportunidade de reflexão conjunta sobre esta questão, permitindo que tenha havido alguns ajustes efetuados pelas IES facto que, pensamos, consolidou a matriz. Após a compilação de todas as respostas à Matriz no tempo considerado, foram recolhidas 20 respostas, das 31 IES representadas neste Grupo. Destas, procedeu-se à seleção das Boas práticas, procurando encontrar exemplos que pudessem ser replicáveis, e que estivessem inseridas nas diversas dimensões da responsabilidade nas IES. A matriz de autoavaliação, resume o trabalho desenvolvido por esta equipa. Saliente-se o carácter de

adaptabilidade da mesma aos objetivos do presente exercício e a necessidade de a encarar como um exercício permanentemente inacabado.

As dimensões em análise foram:

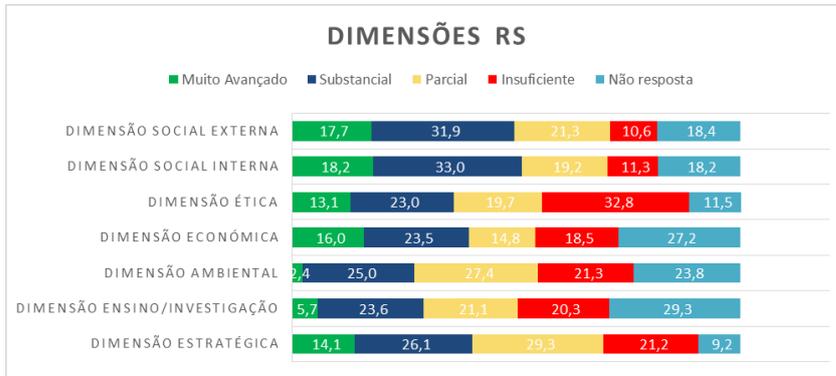
- a. Dimensão Estratégica;
- b. Dimensão Ensino;
- c. Dimensão Ambiental;
- d. Dimensão Económica;
- e. Dimensão Ética;
- f. Dimensão Social Interna;
- g. Dimensão Social Externa.

Salienta-se a escala de avaliação utilizada e respetivos critérios:

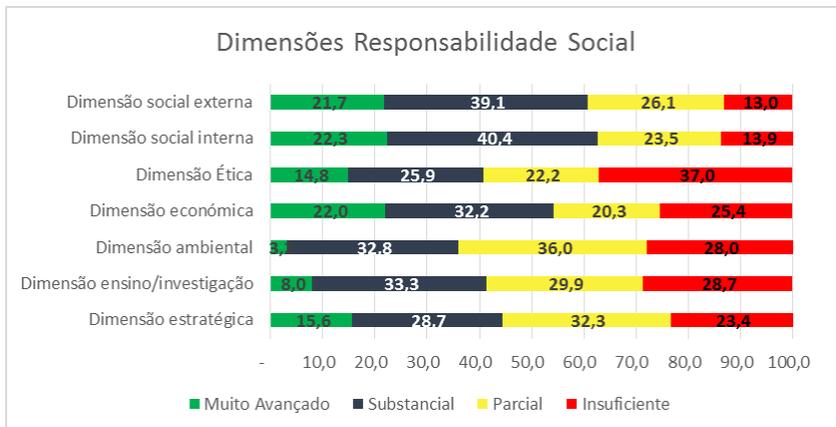
1. Insuficiente | Objetivos, funções, atores e responsabilidades não estão definidos e/ou documentados.
2. Parcial | Objetivos, funções, atores e responsabilidades estão definidos e documentados, mas de forma não suficientemente clara e objetiva. Substancial | Objetivos, funções, atores e responsabilidades estão definidos e documentados de forma clara e objetiva.
3. Muito avançado | Para além do critério anterior, a documentação e a definição de responsabilidades estão muito bem organizadas, contribuindo para a promoção da prática.

5. Resultados

Este capítulo resume as respostas de vinte IES representadas no GT2 à matriz de autoavaliação de Responsabilidade Social nas IES elaborada no âmbito deste trabalho. Numa análise global das respostas obtidas por dimensões de responsabilidade social, verifica-se que a dimensão social (quer a interna quer a externa) é a dimensão mais desenvolvida pelas IES inquiridas. A dimensão ambiental é aquela em que existe uma menor percentagem de respostas “Muito Avançado”. As não respostas equivalem a IES que não conseguiram obter informação, em tempo útil, sobre o grau de desenvolvimento dessa dimensão. Tal dificuldade prefigura-se importante de salientar pois demonstra a complexidade de sistematização de informação e o grau de informalidade que assume esta temática numa grande maioria de IES. Convirá referir que as IES com várias unidades orgânicas tiveram, naturalmente, mais dificuldade em compilação de toda a informação necessária para este exercício de autoavaliação, nomeadamente em algumas das dimensões (Gráfico 1)

Gráfico 1 – Dimensões Gerais de RS (com não respostas)

Se excluirmos as não respostas verificamos que se mantêm as dimensões sociais (interna e externa) como as mais desenvolvidas, acrescentando a dimensão económica com cerca de 22% das IES a afirmar que se encontra muito avançado o seu grau de desenvolvimento. A dimensão que carece de maior desenvolvimento é a dimensão ética, com 37% das IES a afirmarem ser insuficiente. A dimensão ambiental é igualmente uma das dimensões com menor grau de desenvolvimento. (Gráfico 2)

Gráfico 2 - Dimensões Gerais de RS (sem as não respostas)

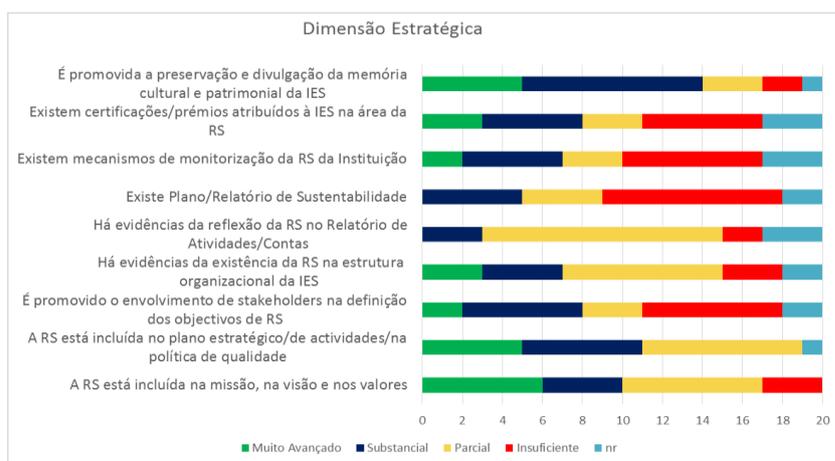
5.1. Dimensão Estratégica

Passando para uma análise individual de cada uma das dimensões, optou-se por considerar o número de instituições que responderam a cada um dos fatores identificados, e não a percentagem de respostas. Na dimensão estratégica, os fatores mais desenvolvidos foram a Promoção da preservação e divulgação da memória cultural e patrimonial da IES; A inclusão da RS na missão, visão e valores da instituição e ainda a Inclusão da RS no plano Estratégico/atividade/política de qualidade da instituição. Verificamos que, de facto, existem

algumas IES que integram a RS do ponto de vista estratégico e que esta surge nos seus planos do ponto de vista formal.

Como se poderá verificar no gráfico em baixo apresentado, alguns fatores ainda não estão muito desenvolvidos pelas IES, destacando-se, nomeadamente, a Existência de relatório de sustentabilidade e existência de mecanismos de monitorização. Este é um ponto importante na medida em que constatamos que a responsabilidade social já começa a ser lentamente integrada na gestão estratégica das IES. (Gráfico 3)

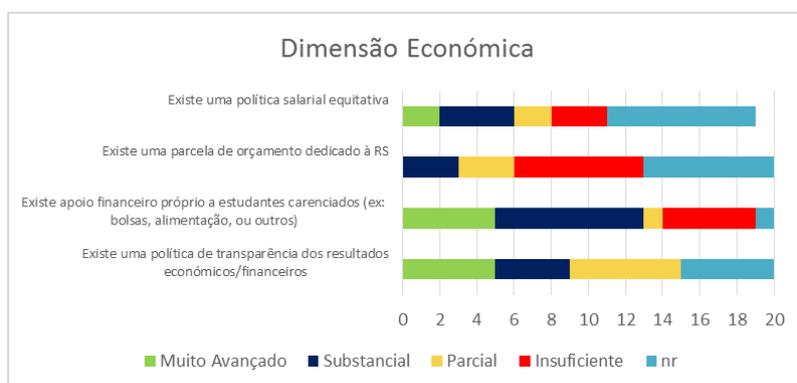
Gráfico 3 – Dimensão Estratégica da RS



5.2. Dimensão Económica

Esta dimensão, como poderemos visualizar pelo gráfico em baixo, apresenta uma elevada taxa de não respostas. Alguns destes pontos revelaram-se difíceis de avaliar pelas IES do setor público por considerarem que em alguns tópicos não conseguem ter autonomia para as alterarem. O fator considerado mais avançado foi o apoio financeiro a estudantes carenciados, seguido da existência de uma política de transparência dos resultados económicos e financeiros. A Orçamentação específica para a RS é o item menos bem avaliado. (Gráfico 4)

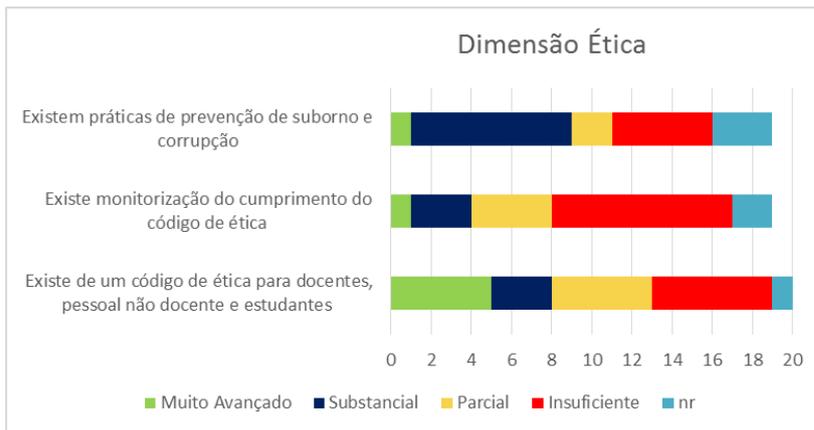
Gráfico 4 – Dimensão Económica da RS



5.3. Dimensão Ética

Relativamente à dimensão Ética, algumas das IES referem já ter, de alguma forma, um Código de ética. O fator que apresenta um menor desenvolvimento centra-se na monitorização do cumprimento do mesmo. (Gráfico 5)

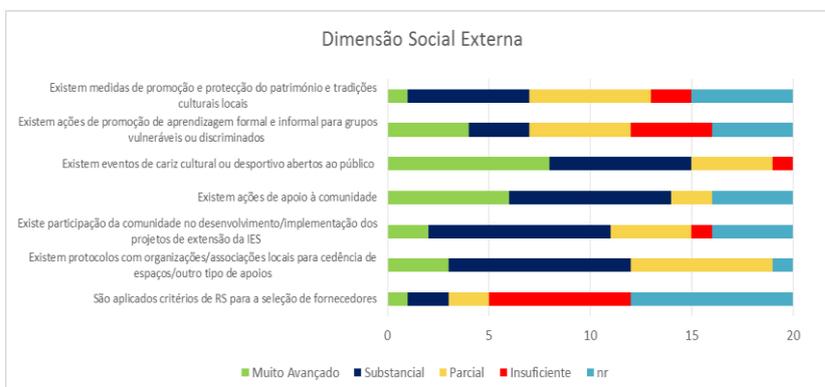
Gráfico 5 – Dimensão Ética da RS



5.4. Dimensão Social Externa

Esta é uma das dimensões em que mais IES se autoavaliam mais positivamente. Salienta-se o maior desenvolvimento de fatores como: a Existência de eventos de cariz cultural/desportivo abertos ao público; as Ações de apoio à comunidade e ainda as ações de promoção de aprendizagem formal e informal para grupos vulneráveis ou discriminados. A aplicação de critérios de RS para seleção de fornecedores foi a que demonstrou menor grau de desenvolvimento, bem como maior dificuldade na obtenção de respostas. (Gráfico 6)

Gráfico 6 – Dimensão Social Externa da RS



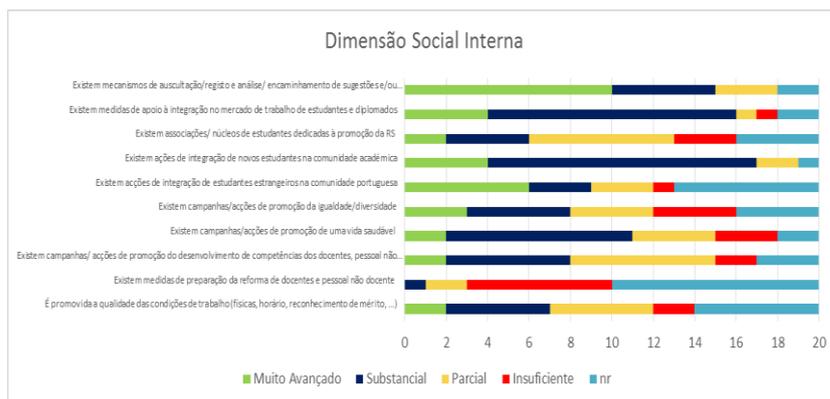
5.5. Dimensão Social Interna

A Dimensão interna da vertente social da Responsabilidade Social é igualmente uma das dimensões com mais ações desenvolvidas pelas IES. Como fatores mais desenvolvidos

sublinhamos: os Mecanismos de auscultação/registo/encaminhamento de sugestões/reclamações; Ações de integração de estudantes estrangeiros na comunidade portuguesa e integração de novos estudantes.

Menos desenvolvido destacamos: Medidas de preparação da reforma de docentes e pessoal não docente, bem como, Ações de promoção de desenvolvimento de competências docentes e não docentes. (Gráfico 7)

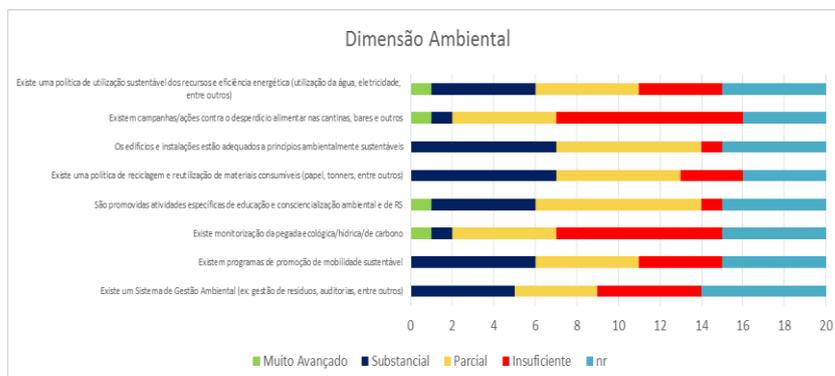
Gráfico 7 – Dimensão Social Interna da RS



5.6. Dimensão Ambiental

Como já referido no início deste capítulo a dimensão ambiental é das pior autoavaliadas pelas IES. Os fatores considerados mais desenvolvidos foram: a existência de uma Política sustentável de recursos; Atividades de educação e/ou consciencialização ambiental. Como se pode verificar no gráfico apresentado em baixo, somente uma IES referiu como estando muito avançado o nível de desenvolvimento: Existência de uma política sustentável de recursos. Como fatores menos desenvolvidos salientamos: Sistema de gestão ambiental; Campanhas contra desperdício alimentar nas cantinas; Monitorização da pegada ecológica. (Gráfico 8)

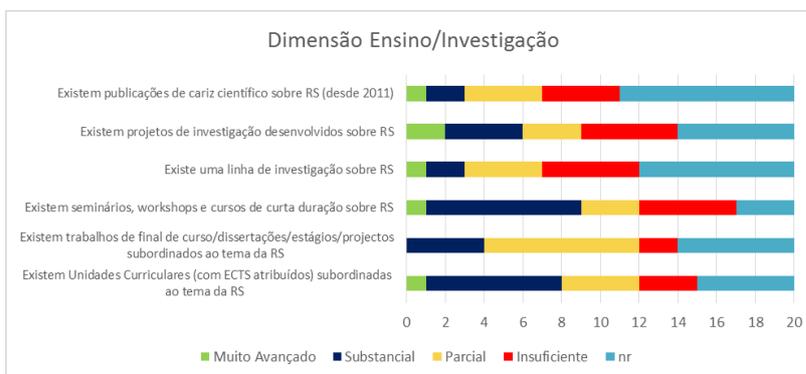
Gráfico 8 – Dimensão Ambiental da RS



5.7. Dimensão Ensino/ Investigação

Esta dimensão revelou-se difícil de avaliar. A primeira discussão centrou-se no que cada instituição poderia considerar enquanto tema relacionado com a RS. Para ultrapassar esta dificuldade, foi desenvolvido um documento que sistematizava as áreas científicas do motor de indexação científico *Web of Science* relacionadas com desenvolvimento sustentável e responsabilidade social das instituições. Como resultado final, obteve-se um conjunto final de 62 categorias (disponível aqui), cujos estudos e publicações poderão contribuir, genericamente, para o desenvolvimento sustentável e para a responsabilidade social das instituições. Esta metodologia revelou-se importante para a sistematização da informação referente à existência de publicações, projetos de investigação, trabalhos finais de estudantes e unidades curriculares relacionados com responsabilidade social. Apesar deste trabalho de sistematização, a taxa de não resposta nestes indicadores foi elevada devido essencialmente ao tempo necessário para sistematização de toda a informação. Os fatores mais desenvolvidos nesta dimensão prendem-se com a Existência de unidades curriculares subordinadas a esta temática e a Existência de seminários dedicados à RS (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Dimensão Ensino/Investigação da RS



6. Testemunhos

Testemunhos sobre o processo de autoavaliação e preenchimento da grelha

“O preenchimento da matriz de autoavaliação de boas práticas de responsabilidade social aconteceu num momento particularmente oportuno, face à recente aprovação do Plano Estratégico e de Ação, que engloba, pela primeira vez, uma área especialmente dedicada à sustentabilidade. Deste modo, a Universidade de Coimbra reforçou a importância estratégica das várias dimensões da responsabilidade social, promovendo o alinhamento de todas as unidades e serviços com vista ao cumprimento das metas definidas para as áreas de cidadania e inclusão, ambiente, internacionalização, comunicação, entre outras. A identificação, recolha e sistematização das boas práticas para cada uma das dimensões da matriz de autoavaliação representou um desafio, face à dimensão e estrutura orgânica da Universidade de Coimbra e das 10 unidades de ensino e investigação com autonomia pedagógica e científica, apenas para enumerar algumas das dezenas de unidades e serviços que a compõem. Assim, este exercício só foi possível num contexto em que existe já uma matriz identitária comum sustentada, por um lado, pela existência de um plano estratégico que unifica a organização em torno de objetivos partilhados e, por outro, pela cultura de autoavaliação institucional que tem sido amplamente desenvolvida nos anos recentes e que possibilitou que a globalidade das iniciativas de responsabilidade social já estivessem previamente identificadas, contribuindo o preenchimento da matriz para a sua sistematização. Esta experiência contribuiu ainda para consolidar definitivamente algumas iniciativas internas que passaram assim da esfera das intenções para projetos concretos, estando em curso, por exemplo, a elaboração do primeiro relatório de sustentabilidade da UC. O balanço desta experiência é, por isso, claramente positivo.”

Madalena Alarcão Vice-Reitora da Universidade de Coimbra

“O IPVC considerou que a utilização da grelha de Boas Práticas na Responsabilidade Social poderia tornar-se um momento de reflexão e um processo de introspeção/ autoavaliação para efetuar um diagnóstico interno. Decidiu-se solicitar a cada uma das Unidades Orgânicas (UO) uma análise parcial e independente, considerando que cada uma delas tem particularidades que lhe dão uma visão distinta e complementar do que é a RS e como a vivem. As seis UO's têm enquadramentos territoriais, sociais e científicos muito distintos, permitindo implementar as várias dimensões de RS alinhadas com o contexto organizacional (interno e externo) que as caracteriza e com os seus stakeholders. Ao um nível mais operacional, a partir dos serviços que constituem as estruturas de suporte do IPVC, também se considerou fundamental auscultar os responsáveis desses mesmos serviços e processos associados, de forma a perceber a integração

da RS nas suas atividades e como veem o IPVC enquanto organização socialmente responsável. Solicitou-se a participação das Associações de Estudantes mas não foi possível em tempo útil obter respostas.

Esta metodologia permitiu obter feedbacks de UO/serviços/processos/colaboradores que posteriormente foram analisados e agregados num documento único IPVC, numa perspetiva de construção participada. Será necessário, numa segunda fase de auscultação, comunicar e aprofundar a grelha inicialmente construída e dar mais tempo de reflexão interna. Identificaram-se boas práticas que têm múltiplas dimensões tornando complexa a sua classificação na grelha desenvolvida. Concluiu-se que existem muitas iniciativas pontuais em algumas UO's/Serviços que podem ser facilmente replicadas e integradas como processos sistemáticos de gestão da RS para todo o IPVC, permitindo um planeamento e avaliação mais eficiente.” Ana Sofia Rodrigues Pró-Presidente do Instituto Politécnico Viana do Castelo e Márcia Amorim Gabinete de Avaliação e Qualidade do Instituto Politécnico Viana do Castelo

“O processo de autoavaliação institucional sobre Boas Práticas de Responsabilidade Social efetuado, tendo por referência a grelha de autoavaliação do GT2, permitiu-nos, por uma lado, identificar e compilar um conjunto de boas práticas e iniciativas que o Instituto tem vindo a desenvolver nesta área ao longo dos últimos anos, e assim sendo, contribuiu para termos uma visão global sobre o trabalho realizado neste domínio e, por outro lado, ao sistematizarmos a informação recolhida, fizemos um exercício refletivo que consciencializou e sensibilizou os principais atores envolvidos no planeamento e execução do muito que ainda temos para fazer – haja consciência da importância que a responsabilidade social representa nas Instituições de Ensino Superior.” Pedro Clemente Diretor do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

“O preenchimento da matriz de Boas Práticas na área da Responsabilidade Social permitiu efetuar um levantamento dos resultados da boa prática “Bolsa de colaboração Institucional” implementada no ISCTEIUL desde 2012, a qual veio complementar o levantamento já realizado em 2013 pelo grupo de trabalho em Responsabilidade Social Universitária (RSU). O grupo RSU do ISCTE-IUL trabalhou esta temática e realizou diversas atividades, entre as quais se destaca a criação de uma base de dados onde foram agregadas as boas práticas em RSU existentes no ISCTE-IUL ou por ele apoiadas.

A participação no Pré-congresso “Responsabilidade Social em Instituições de Ensino” fez com que esta temática fosse novamente colocada como uma área estratégica a desenvolver no ISCTE-IUL tendo sido consubstanciada como um dos objetivos do plano de atividades para

2017 “otimizar a responsabilidade social do ISCTE-IUL e a sua visibilidade”, nomeadamente através do diagnóstico das práticas de responsabilidade social no ISCTE-IUL relativamente aos standards da ISO 26000. “ Rosário Candeias Diretora dos Serviços de Ação Social do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

“Foi muito gratificante verificar que o Técnico desenvolve um conjunto bastante alargado de atividades no âmbito da Responsabilidade Social. O preenchimento desta matriz constituiu uma excelente oportunidade não só de conhecer melhor esta realidade, através da sistematização de informação que se encontrava dispersa, mas também de dar mais visibilidade e relevância a esta área na Escola. Para além disso, proporcionou o envolvimento de outros colegas docentes e discentes e perspetivou futuros desenvolvimentos no sentido de potenciar práticas de Responsabilidade Social no Técnico.” Marta Pile Coordenadora da Área de Estudos e Planeamento do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa Alexandra Sevinate Pontes Área de Estudos e Planeamento do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa

“O Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL) tinha conhecimento da insuficiência das ações realizadas na instituição no âmbito da Responsabilidade Social. Contudo, o processo de autoavaliação subsequente ao preenchimento da grelha preparada pelo GT2 permitiu-nos obter uma visão bem precisa da situação. Nomeadamente, esta autoavaliação confirmou que as ações realizadas são esporádicas, fruto usualmente de iniciativas pessoais não integradas numa estratégia institucional. Os objetivos a médio prazo revelam-se agora mais claros: institucionalizar as ações que se realizam com o intuito de assegurar a sua continuidade futura, promover novas ações colaborando com os parceiros naturais (associação de estudantes, associações de RS na zona geográfica...) e, em geral, lograr uma maior integração institucional da Responsabilidade Social.” Lucía Suárez Vice Presidente Planeamento e Relações Externas do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa

7. Conclusões e recomendações

Da análise dos dados apresentados podem extrair-se as seguintes conclusões genéricas:

Verificou-se uma heterogeneidade de situações/pontos de partida devida à dimensão das instituições e à experiência prévia no que concerne à RS.

À semelhança do que acontece em outros setores de atividade existe, em geral, um carácter de informalidade das práticas existentes. Este facto acarretou algumas dificuldades de sistematização da informação, nomeadamente nas instituições com várias unidades orgânicas.

Constatou-se um maior enfoque da RS direcionada para um dos principais stakeholders das instituições de ensino superior: os estudantes.

7.1. Recomendações finais:

Antes de agir deve-se diagnosticar. Este exercício exploratório ajudou algumas entidades a fazerem o seu diagnóstico. A definição de um plano estratégico de RS nas IES pode beneficiar da prévia autoavaliação baseada na matriz que apresentamos.

O exercício de diagnóstico é essencial mas se for feito de forma demasiado exigente poderá ser desmotivador. Assim, sugerimos um diagnóstico simples, mas concretizado, a um complexo e inacabado.

Torna-se fundamental a existência de uma visão estratégica para as IES que contemple a RS.

É crucial o envolvimento dos stakeholders na definição dos principais desafios de RS.

Para além de desenvolver ações de RS é fundamental monitorizar e avaliar. Para tal é necessário encontrar as métricas adequadas a este processo.

O trabalho em parceria e cooperação ajuda ao progresso.

A RS exige transparência.

Comunicar as práticas de RS e próximos desafios aos stakeholders de forma específica, permitindo uma maior consciencialização.

7.2. Lista das Boas Práticas

Estratégica (7)

Alumni - Memórias Vivas

Caixas de reclamações / Caixas de sugestões de melhorias

Estratégia de Responsabilidade Social

Estratégia para o Campus Sustentável

Preservação da Memória Institucional

Programa Eco Campus

Sustentabilidade no Plano Estratégico

Ensino (4)

Competências Informáticas e Pensamento Computacional

E-Learning em Estabelecimentos Prisionais

Energia para a Sustentabilidade

ENOVE+, Feira de Emprego e Empreendedorismo

Ambiental (7)

Campanha de Sensibilização para a Poupança de Energia

Dia da Responsabilidade Social

Gestão Interna de Resíduos – Reciclagem de embalagens

Horta Pedagógica do Projeto Alimentação Saudável nas Escolas do Concelho de Portalegre

Instalação de painéis fotovoltaicos

Menos é igual a mais - campanha de combate ao desperdício alimentar

Responsabilidade Social: Gestão de Resíduos

Económica (3)

Campanha de Sensibilização para a Poupança de Energia

FASE® – Fundo de Apoio Social ao Estudante

Redução do consumo energético devido à iluminação

Ética (1)

Código de Ética e Conduta

Social Interna (23)

Aluno Tutor

Bolsa de Alimentação

Bolsa de Colaboração Institucional

Bolsas Bud

Bolsas Sociais

Bus Académico

Centro de Desenvolvimento Académico

EMBAIXADORES @ SAÚDE MENTAL 2020

Espaço de Partilha

FICA- Ferramentas de Identificação e Combate ao Abandono

Gabinete Pedagógico - Apoio pessoal e pedagógico com vertente específica para estudantes com necessidades especiais

Integração na universidade de alunos Erasmus + incoming

Linha Universidade de Aveiro LUA

NETWORKINGDAY PARA A EMPREGABILIDADE

Observatório Permanente do Abandono e Promoção do Sucesso Escolar

ON.IPVC

Programa BRAC – Rendimento Académico

Programa de Tutoria – PT-UTAD

Programa Fundo Social

Programa IPP Amigo

Programa PAX - Programa de Acompanhamento dos novos Docentes

SIM@UC – Sistema Integrado de Melhorias

Social Externa (21)

Aprender Direitos Humanos: passado e presente

Campanhas de Verão

CASO – CAatólica SOLidária

Construção de projetos de vida (auxiliando na construção de “futuros”)

Formação Mediação para a Justiça

Formação Par(A)colher Melhor - Acolhimento e Integração dos Refugiados em Portugal

Gabinete Extrajudicial de Apoio ao Consumidor Endividado – GEACE

Incubadora de Empresas

Interface da Biblioteca com a Comunidade. Promoção de Novos Talentos Artísticos

O IPLeiria e a cidade juntos pela inclusão

Orientação ao Endividamento do Consumidor

PROGRAMA DE VOLUNTARIADO

Programa de Voluntariado

Programa Escolhas, 6ª Geração – Projeto Catapulta

Projeto de desenvolvimento comunitário em contextos recreativos: #vibes4u no drugs

Projeto-Escola Solidariedade e Responsabilidade Social

Química: Uma Ciência Experimental para os Alunos do Ensino Secundário

Sabes Tanto

Serviço Comunitário

Todos Temos Amor para Dar

Treino de Competências Pessoais e Sociais para utentes de uma instituição de Solidariedade Social, em situação de desemprego e situação precária – Centro Porta Amiga do Funchal (AMI)

7.3. Publicação de Ebook

Na sequência do trabalho descrito, com o patrocínio da Universidade Nova de Lisboa, foi editado um ebook a publicar brevemente.

FICHA TÉCNICA

Título | Responsabilidade Social no Ensino Superior

Autor(es) | Grupo de Trabalho para a Qualidade no Ensino Superior (GT2) da Comissão Setorial para a Educação e Formação (CS/11) do Instituto Português da Qualidade (IPQ) e Sandra Gomes (IPAM Porto)

ANO | 2017

Design e Interatividade | Um Ovo a Cavallo, Lda.

Edição: Nova FCT Editorial

ISBN 978-989-99528-1-2

7.4. Encontro Responsabilidade Social no Ensino Superior, Educação e Formação

Decorrente do desenvolvimento deste trabalho pelo GT2, no ano 2016, a CS11 promoveu a realização de um Encontro Nacional subordinado ao tema “Responsabilidade Social no Ensino Superior, Educação e Formação”. O Encontro tinha como objetivos refletir e aprofundar a centralidade de sistemas de avaliação institucional, sustentados numa cultura de autorregulação, de autonomia, de prestação de contas e de responsabilidade. A aproximação e a cooperação entre instituições de ensino superior, e não superior, possibilitará um reforço das redes

colaborativas que permitirá a partilha de conhecimentos e a troca de experiências (nacionais e internacionais) para o aperfeiçoamento dos respetivos sistemas de avaliação da qualidade.

O Encontro decorreu em Coimbra, em parceria com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra (ESENfC).

References

Fontes de cariz académico:

- Brown, E. e Cloke, J. (2009). Corporate Social responsibility in higher education. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*. 8 (3).
- Caeiro, S., Leal Filho, W., Jabbour, C., e Azeiteiro, U. (2013). *Sustainability assessment tools in higher education institutions: mapping trends and good practices around the world*. Springer International Publishing.
- Carroll, A. B. (1999). Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. *Business and Society*, v. 8, n.3, p. 268-295, 1999.
- Calderón, A. I., Pedro, R. F., e Vargas, M. C. (2011). Social Responsibility of Higher Education: the metamorphosis of Unesco discourse in focus. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 15(39), 1185-1198.
- Comissão das Comunidades Europeias (2001). *Livro verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Bruxelas. Em http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/empl/20020416/doc05a_pt.pdf
- Cullingford, C. e Blewitt, J. (2013). *The sustainability curriculum: the challenge for higher education*. Eartscan. Routledge.
- Davenport, K. (2000). Corporate Citizenship: A Stakeholder Approach for Defining Corporate Social Performance and Identifying Measures for Assessing It. *Business & Society* 20(2).
- Maon, F., Swaen, V., e Lindgreen, A. (2015). One vision, different paths: An investigation of corporate social responsibility initiatives in Europe. *Journal of Business Ethics*, 1-18.
- Matten, D., e Moon, J. (2004). Corporate social responsibility. *Journal of Business Ethics*, 54(4), 323-337.
- Nejati, M., Shafaei, A., Salamzadeh, Y., e Daraei, M. (2011). Corporate social responsibility and universities: A study of top 10 world universities' websites. *African Journal of Business Management*, 5(2), 440-447.
- Schneller, C., Thoni, E. (ED.) (2011). Universities and their social responsibilities, *Second Asia-Europe Education Workshop*, Innsbruck, Austria.
- Schwartz, M. S., e Carroll, A. B. (2008). Integrating and unifying competing and complementary frameworks: The search for a common core in the business and society field. *Business & Society*, 47(2), 148-186.
- Shephard, K. (2008). Higher education for sustainability: seeking affective learning outcomes. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 9(1), 87-98.
- Vallaey, F. (2014a). University social responsibility: a mature and responsible definition. *Higher education in the world*, 5, 88-96.
- Vallaey, François (2014b). La responsabilidad social universitaria: un nuevo modelo universitario contra la mercantilización. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, Volume 5, Issue 12.
- Vasilescu, R., Barna, C., Epure, M. e Baicu, C. (2010). Developing university social responsibility: A model for the challenges of the new civil society, *Procedia Social and Behavioral Sciences*, 2(2), 4177-4182

Fontes baseadas em boas práticas do setor ensino superior:

University of Michigan in <https://umich.edu/>

University of Edinburgh in <https://www.ed.ac.uk/>

Universities that Count (Higher Education Funding Council for England) in https://www.eauc.org.uk/universities_that_count_-_he_benchmarking_report

Higher Education Associations Sustainability Consortium in <https://www.aashe.org/partners/heasc/>

Universities leaders for a sustainable future in <https://ulsf.org/>

Higher Education Sustainability Initiative (UNESCO, UNEP, Global Compact, UNU, UNEP) in <https://sustainabledevelopment.un.org/sdination/hesi>

Outras:

ISO26000 in <https://www.iso.org/iso-26000-social-responsibility.html>

Instituto Ethos in <https://www.ethos.org.br/>

Authors Profiles:

Rui Pulido Valente – Engenheiro Mecânico (IST 1983), Pós-Graduação em Gestão Industrial (INETI 1991), Mestre em Instrumentação, Manutenção Indústria e Qualidade (FCT-UNL 2005). Trabalhou entre 1981 e 1996 na indústria, nos setores da metalomecânica, consultoria e cortiças, tendo ainda desenvolvido atividade de apoio a PME's nos domínios da organização industrial e da qualidade, assim como formação. Desde 1996 e até agosto de 2018 foi professor e investigador do Instituto Politécnico de Portalegre, mais concretamente na Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Atualmente é Presidente da Fundação Francisco Pulido Valente e coordena a Comissão Setorial para a Educação e Formação (CS11).

Sandra Gomes – Formação Académica: Doutoramento em Ciências Empresariais, com especialidade em Marketing. Licenciatura e Mestrado em Sociologia. Professora no ensino superior há mais de 20 anos (IPAM - Porto). Formadora e Consultora na área de responsabilidade social. (sgomes@ipam.pt). Autora e co-autora de várias publicações sobre responsabilidade social no ensino superior.

Alexandra Sevinate Pontes - Engenheira Agrónoma (1990) e Mestre em Gestão da Qualidade (2000). Na qualidade de especialista em Qualidade, desenvolve a sua atividade na Área de Estudos, Planeamento e Qualidade do Instituto Superior Técnico onde tem participado em diversos projetos. Entre 2007 e 2014 foi responsável pela coordenação do Grupo de Trabalho para a Gestão da Qualidade no Ensino Superior (GT2) da Comissão setorial de Educação e Formação (CS11), legalmente enquadrada no Sistema Português da Qualidade. Desde abril de 2013 é vice-presidente desta Comissão.

Marta Pile - Formada em Sociologia (ISCTE) e pós graduada em "Institutional Management and Change in Higher Education Institutions" (programa conjunto entre a Open University/Quality Support Center e a University of Twente/Center for Higher Education Policies Studies). Assumiu durante 25 anos cargos no âmbito da gestão da qualidade no Instituto Superior Técnico (IST), entre os quais a Coordenação da Área de Estudos, Planeamento e Qualidade (AEPQ), onde liderou uma equipa multidisciplinar de assessoria aos órgãos de gestão da escola. Com experiência comprovada em áreas específicas de apoio ao processo de decisão, de promoção da qualidade na escola e de otimização da sua gestão e desenvolvimento estratégico, desenvolve atualmente estudos e projetos nas mais variadas áreas de atuação do IST com ênfase na gestão, organização e avaliação do ensino superior

Valentina Oliveira - Licenciada em Psicologia Social e das Organizações e tem uma Pós-Graduação em Análise de Dados em Ciências Sociais, ambos pelo ISCTE-IUL (2004 e 2011). Tem trabalhado na área da qualidade e planeamento na Universidade de Lisboa, tendo desempenhado funções na Reitoria e estando presentemente na Faculdade de Letras onde, desde 2018, coordena o Núcleo de Estudos e Planeamento. Nos anos 2016 e 2017 foi Coordenadora do Grupo de Trabalho para a Qualidade no Ensino Superior da Comissão Sectorial para a Educação e Formação do Instituto Português da Qualidade (GT2, CS11, IPQ).